



PERCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL: IMAGEM PÚBLICA, CONFIANÇA POLÍTICA E PODER LOCAL

SOCIAL PERCEPTIONS ABOUT THE LEGISLATIVE CHAMBER OF THE BRAZILIAN FEDERAL DISTRICT: PUBLIC IMAGE, POLITICAL TRUST AND LOCAL POWER

PERCEPCIONES SOCIALES SOBRE LA CÁMARA LEGISLATIVA DEL DISTRITO FEDERAL EN BRASIL: IMAGEN PÚBLICA, CONFIANZA POLÍTICA Y PODER LOCAL

Antonio Teixeira de Barros¹
Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt²

Resumo: O artigo apresenta um estudo exploratório com base nas percepções sociais sobre a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), no que se refere aos seguintes aspectos: confiança política, imagem pública, interesse do cidadão por política e poder local. O estudo tem como base dados coletados por meio de um *websurvey* aplicado em 2018 com 572 cidadãos residentes no DF. As principais conclusões revelam que a percepção dos informantes é muito negativa em relação aos três aspectos analisados. A imagem pública é considerada ruim e péssima (89,16%). O nível de confiança política é baixo e muito baixo (94,06%). O interesse pela política distrital também é baixo e muito baixo (83,22%).

Palavras-chave: Câmara Legislativa do Distrito Federal; Imagem pública; Confiança política; Legislativos subnacionais; Poder local.

Abstract: This article presents an exploratory study based on the social perceptions about the Brazilian Federal District Legislative Chamber (CLDF), regarding the following aspects: political trust, public image, citizen interest in politics and local power. The study is based on data collected through a *websurvey* applied in 2018 with 572 citizens residing in the Federal District. The main conclusions reveal that the perception of the informants is very negative in relation to the three aspects analyzed. The public image is considered bad and bad (89.16%). The level of political trust is low and very low (94.06%). Interest in district policy is also low and very low (83.22%).

Palavras-chave: Legislative Chamber of the Federal District; Public image; Political trust; Subnational legislatures; Local power.

Resumen: El artículo presenta un estudio exploratorio basado en percepciones sociales sobre la Cámara Legislativa del Distrito Federal (CLDF), con respecto a los siguientes aspectos: confianza política, imagen pública, interés de los ciudadanos en la política y el poder local. El estudio se basa en datos recopilados a través de una encuesta web aplicada en 2018 con 572 ciudadanos que residen en DF. Las principales conclusiones revelan que la percepción de los informantes es muy negativa en relación con los tres aspectos analizados. La imagen pública se considera mala y terrible (89.16%). El nivel de confianza política es bajo y muy bajo (94.06%). El interés en la política del distrito también es bajo y muy bajo (83.22%).

Palabras clave: Cámara Legislativa del Distrito Federal; Imagen pública; Confianza política; Legislaturas

¹ Doutor em Sociologia. Professor e Orientador do Programa de Pós-Graduação (Cefor) da Câmara dos Deputados.

² Economista (UFRJ), Especialista em Auditoria (PUC/MG) e em Ciência Política (UFMS). Consultor legislativo do Senado Federal e docente universitário. Mestre em Poder Legislativo pelo Cefor.

subnacionais; Poder local.

1 Introdução

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) foi criada em 1990, após a autonomia política do DF estabelecida pela Constituição de 1988. O DF é um ente federado diferenciado, pois exerce simultaneamente as funções de estado e de município. Assim, a CLDF atua como um misto de assembleia legislativa estadual e câmara municipal. No total a CLDF conta com 24 deputados distritais, eleitos de quatro em quatro anos. O número foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e equivale ao triplo do número de deputados federais do DF, ou seja, oito. Apesar de sediada em Brasília, a CLDF fica à sombra dos grandes poderes da República, especialmente o Congresso Nacional. Além disso, há muitos estudos sobre a imagem e a confiança política no legislativo federal, mas poucos relativos ao legislativo distrital (DIAS; REYES JUNIOR; REIS, 2017).

Diante de tal constatação, justifica-se um estudo exploratório para captar as percepções sociais sobre a CLDF, responsável pela representação política local, a fiscalização dos atos do poder executivo do DF e a formulação de leis de âmbito distrital. O estudo é focado em três aspectos inter-relacionados e de grande interesse para a ciência política: a imagem pública da CLDF perante a opinião pública local; a confiança política dos cidadãos na CLDF; e o interesse pelas atividades realizadas pela CLDF. Para tanto, foi realizado um *websurvey* aplicado no mês de maio de 2018 com 572 cidadãos residentes no DF, com o propósito de captar as percepções acerca dos três tópicos mencionados.

Além das questões fechadas, o questionário apresentou intencionalmente perguntas abertas a fim de possibilitar o aprofundamento qualitativo das opiniões. O estudo qualitativo de percepções sociais constitui um recurso metodológico amplamente usado nas ciências sociais, com base na premissa de que tais estudos possibilitam a análise empírica de questões, temas e fenômenos sob a perspectiva dos próprios cidadãos, os atores por excelência da democracia representativa. Ao opinar sobre questões que lhes são postas conseguimos captar as representações sociais, ou seja, os saberes resultantes da experiência, a reflexão coletiva mediada pela consciência prática dos respondentes. Logo, o produto de análises dessa natureza é resultante de um “duplo processo de tradução e interpretação que está envolvido nas operações e relações de pesquisa e na elucidação da capacidade cognitiva dos atores sociais”, com o propósito de compreender suas opiniões e justificações discursivas razões (BARROS, 2013, p.341).

Embora as percepções sociais sejam subjetivas e funcionem como medidas reputacionais intangíveis, a literatura destaca que se trata de algo produzido socialmente e de grande relevância em contextos específicos. Afinal, essas percepções são compartilhadas e, mesmo constituindo medidas indiretas e mutáveis, podem revelar traços culturais relevantes de grupos e contingentes populacionais, a exemplo dos cidadãos residentes no DF. As percepções sociais, portanto,

constituem formas significativas para a captação de avaliações subjetivas dos cidadãos, agentes e observadores das práticas sociais e dos cenários e processos políticos. Logo, estamos tratando de material empírico relevante para o estudo analítico e a compreensão dos problemas sociais e políticos, como a reputação pública da CLDF, a confiança e o interesse dos cidadãos em suas atividades.

Antes da análise dos dados apresentamos uma breve contextualização sobre os temas teóricos relacionados com o *websurvey*, ou seja, imagem pública, confiança política e interesse do cidadão por política e poder local.

2 Imagem pública

O conceito de imagem pública, apesar de largamente utilizado, é considerado muito amplo, pois reúne “um conjunto multifacetado, dinâmico e um tanto volátil de fluxos de informações, opiniões e representações mentais e/ou articuladas (tornadas públicas)” – (NOLETO FILHO, 2014, p.12). Assim, imagem pública é, portanto, “um conceito que pode ser entendido de modo amplo e é aplicável às organizações do Estado, do mercado e da sociedade, a grupos sociais e aos cidadãos individualmente” (p.12).

A imagem pública dos governantes, das instituições e de seus representantes exerce um papel fundamental na vida política, uma vez que está diretamente associada ao capital simbólico da credibilidade e da confiança, o que tem reflexo direto na reputação institucional (GOMES, 2006). Afinal, complementa Baldissera (2008, p. 197), “a imagem-conceito contempla a noção de reputação, pois formar conceito implica apreciar, considerar, ajuizar, sentenciar e sancionar”. Trata-se, portanto, de uma forma simbólica, nos termos de Thompson (1995), ou seja, expressão significativa produzida, transmitida e recebida em contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados. Em razão disso, a imagem pública, entendida como forma simbólica, é passível de “complexos processos de valorização, avaliação e conflitos” (THOMPSON, 1995, p. 203). A valorização ocorre no plano simbólico, por meio da aprovação ou rejeição da imagem pública projetada para a opinião pública. Essa valorização simbólica implica, portanto, constante avaliação e conflito, em função das dinâmicas de visibilidade.

A imagem pública é consequência da visibilidade, uma vez que aquilo que é mostrado produz efeitos cognitivos e simbólicos no público (GOMES, 2004). Como define Maria Helena Weber (2004, p.265), “a imagem pública é resultante da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na síntese de imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos)”.

Além da *performance* dos *media*, operadores por excelência da visibilidade, a imagem pública depende ainda de fatores político-institucionais e de características da cultura política (NOLETO FILHO, 2014). Isso significa que as percepções públicas sobre determinada instituição e seus representantes dependem do modo como a própria instituição se relaciona com a sociedade

e de como essa mesma sociedade constrói suas representações políticas. Por essa razão, trata-se de um “conceito híbrido forjado na combinação de visibilidades e segredos” (WEBER, 2009, p.11), a partir da articulação entre os três fatores mencionados, com forte impacto na reputação institucional.

A construção da imagem pública está associada, portanto, à produção e divulgação de opiniões e à consequente adesão do público a determinadas formas de pensar. Afinal, a política se baseia na capacidade de formar opinião (ARENDR, 1983). Enquanto as ciências exatas e naturais operam com evidências racionais ou provas empíricas expressas em definições, postulados, teoremas e similares (discursos monológicos), a política situa-se no campo dialógico da pluralidade de ideias, uma vez que se trata de uma atividade que se instaura na relação entre os homens, ou seja, a pluralidade está na sua própria origem e a visibilidade lhe é inerente (THOMPSON, 1995). Tal raciocínio conduz ao pressuposto de que a política se situa no âmbito da opinião, com todas as implicações positivas e negativas.

Um conceito central, nessa ordem de ideias, é o de opinião pública³, em sua relação direta com as práticas políticas e a construção da imagem pública. A esse respeito, cabe ressaltar que, no âmbito da Ciência Política, no Brasil, os estudos sobre opinião pública ocupam-se mais do comportamento eleitoral do que propriamente da formação da opinião. As principais explicações para o comportamento eleitoral vêm de duas principais vertentes: a teoria da escolha racional e a perspectiva sociológica (CASTRO, 1992). Entendemos a primeira, resumidamente, como aquela que explica comportamentos políticos considerando os cidadãos como racionais e sempre com intenção de maximizar seus ganhos, obviamente com pequenas variações teóricas entre os autores que trabalham com essa base (DOWNS, 1957; FIORINA, 1981). E a segunda, como aquela que explica a direção do voto também por variáveis de tipo social e comunicacional, ligadas à participação política, como grupo social, escolaridade, exposição à propaganda etc. (CASTRO, 1992; KEY, 2013; FIGUEIREDO; 1991; ALDÉ, ET AL., 2007).

Habermas (1971, 1984), por sua vez, associa o conceito de opinião pública à noção de publicidade, ou seja, às dinâmicas de debate público de argumentos que interessam a um público. A publicidade remete, em termos gerais, ao estatuto daquilo que é público, à qualidade ou estado das coisas públicas (tornar público). Na visão habermasiana, nas sociedades democráticas os *media* exercem a função de “enfeixar” as distintas correntes de opinião, por meio de ação instrumental que seletivamente exclui determinados assuntos da discussão pública, enquanto acentua politicamente a inserção de outros temas.

Em resumo, apesar da complexidade e da amplitude do debate, alguns autores assinalam que a opinião pública constitui, portanto, uma espécie de consenso socialmente construído ou

3 Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre a complexidade teórica envolvida na discussão sobre o conceito de opinião pública, até porque não haveria espaço para tal. Um panorama dessa discussão, do ponto de vista da Ciência Política, é formulado por Cervi (2006).

induzido, embora isso não signifique unanimidade (CHAMPAGNE, 1988). Converte para a coincidência da atenção pública em relação a determinadas questões ou temas, mas sem necessariamente implicar adesão dóxica generalizada da população. O debate coletivo contribui para fortalecer a opinião pública.

No que diz respeito especificamente ao Parlamento, com base no conceito de Habermas (1994), é interessante considerar ainda o que se chama de regime de opinião, instaurado com os primeiros governos liberais, no princípio do século 19. Em um regime de opinião, seria lícito e prudente aos parlamentares consultar a opinião pública, já que a origem do poder em uma democracia é popular (SÁ, 2004; HABERMAS, 1994). Nele há racionalidade e discussão, que confeririam o princípio de autoridade, que pode ser reforçado ou questionado pela população, a depender da natureza da imagem pública dominante e do nível de confiança da sociedade nas instituições políticas.

3 Confiança política

A confiança política é, antes de tudo, um bem público, um ativo simbólico indispensável para a existência das sociedades e seus sistemas políticos. Assim, do ponto de vista normativo, a confiança é altamente desejada. Entretanto, a confiança é uma construção social, que depende dos valores políticos e culturais de uma sociedade e da forma como são transmitidos e redefinidos, por meio dos processos de socialização política (PUTNAM, 1993; INGLEHART, 1997). A socialização política pode ser diretamente afetada pela forma como as instituições se relacionam com os cidadãos, sobretudo na capacidade das instituições de formular discursos competentes para fomentar a confiança. As expectativas dos cidadãos podem ser contempladas ou não na experiência cotidiana, na forma como essas instituições lidam com os bens públicos e, principalmente, na forma como se comportam perante as demandas coletivas. Com base no que lhes foi transmitido “sobre o significado das instituições e, sobretudo, com base nas suas experiências concretas, os cidadãos avaliam o desempenho das instituições, distinguindo, porém, entre o seu desempenho e eficácia específica conjuntural e a sua função permanente” (FINURAS, 2013, p.120).

Ao estudar os fundamentos teóricos da confiança política, Leandro, Leandro e Nogueira (2011) destacam a contribuição de G. Simmel, especialmente a correlação estabelecida entre confiança e segredo. Simmel (1999 [1908]) destaca o impacto social da confiança em termos de coesão social.⁴ Enquanto a confiança cria uma ponte para que as relações sociais sejam possíveis, o segredo preserva a individualidade, ao mesmo tempo em que favorece a constituição de círculos sociais mais restritos. A confiança, para Simmel, é primordial para a construção e solidificação

4 As abordagens teóricas sobre confiança são multifacetadas, como lembra Finuras (2013). Enquanto os psicólogos tratam a confiança do ponto de vista de características individuais e de relações interpessoais, os cientistas sociais priorizam o caráter institucional e a relação com valores culturais e cultura política.

da coesão social, por meio de compromissos regidos pela lógica da reciprocidade. Além disso, a confiança implica um sentimento de insegurança, o qual “aumenta ou diminui com o capital de experiência que se vai adquirindo a seu respeito, consoante os comportamentos daqueles em que depositamos confiança: se se revelam fiéis, a confiança tem todas as probabilidades de vir a aumentar e vir a solidificar os comportamentos e, ao invés, se acontece o oposto” (LEANDRO; LEANDRO; NOGUEIRA, 2011, p.219).

Embora a confiança seja uma questão nos estudos políticos, em muitas situações o que chama atenção é o descrédito em relação à política, o que leva alguns autores a afirmarem que vivemos a era da desconfiança (INNERARITY, 2011). No campo da ciência política, uma das vertentes teóricas associadas aos estudos sobre confiança política é tributária da teoria da escolha racional (HARDIN, 1992; NOOTEBOOM, 1992). Esses autores diferenciam a confiança na competência dos atores da confiança nas intenções dos atores. A primeira tem relação com apetência e a capacidade de agir em consonância com as expectativas ideológicas e políticas, a exemplo de um partido trabalhista ou de uma instituição ambiental, por exemplo. A segunda está relacionada com “a capacidade e o interesse em agir de boa-fé segundo o melhor das competências e de acordo com a correção de princípios expectável, seja pela norma, pelo hábito, pela rotina ou pelo papel” (FINURAS, 2013, p.46).

Em ambos os casos, a confiança pode ser vinculada a comportamentos racionais, isto é, uma escolha racional dos indivíduos, que decidem confiar ou não, em função dos cálculos racionais feitos individualmente. Na perspectiva da teoria da escolha racional, “as decisões sobre a confiança são semelhantes a outras formas de escolha de risco”, isto é, “pressupõe-se que os indivíduos sejam motivados a fazer escolhas racionais e eficazes” (FINURAS, 2013, p.46), de modo a maximizar os ganhos e minimizar perdas. Assim, as escolhas são motivadas por um sistema de cálculo consciente, ancorado em um sistema de valores culturais e políticos.

Pipa Norris (1999) aponta cinco aspectos a serem destacados na análise política da confiança. O primeiro diz respeito ao sentimento de pertencimento dos cidadãos à Nação, o que implica maior ou menor disposição para cooperar politicamente. O senso de patriotismo e de identidade nacional são considerados relevantes nesse processo. O segundo refere-se ao nível de adesão dos cidadãos aos valores democráticos. Quanto maior a adesão ao regime e seus valores, maior a tendência dos cidadãos de confiar na democracia e em suas instituições. O terceiro diz respeito à avaliação que os cidadãos fazem acerca do desempenho da democracia, a partir do cotejamento do funcionamento das instituições políticas com o significado ideal de democracia. O quarto contempla a avaliação das instituições propriamente ditas, o que inclui o nível institucional *per se* e não seus dirigentes ou representantes. Trata-se de avaliar a confiança nas instituições e não em pessoas. O quinto nível, por sua vez, é relativo ao apoio dos atores políticos à democracia, o que inclui como os cidadãos avaliam os seus representantes, governantes e lideranças. Ao contrário do nível anterior, aqui se trata das percepções sobre o desempenho

pessoal desses atores.

Para Giddens (2001) a confiança do cidadão nas instituições políticas está diretamente relacionada com a legitimidade do Estado perante a sociedade. Cabe ressaltar, segundo o autor, que o Estado tem passado por relevantes reconfigurações, a exemplo dos efeitos da globalização. “Em consequência da globalização aliada ao novo individualismo, os mecanismos de confiança política sofreram mudanças - como também mudaram os mecanismos de confiança na indústria, em outros tipos de organização e até mesmo na vida emocional” (GIDDENS, 2001, p.246). Dessa forma, a confiança expressa no nível de adesão ao regime democrático e na utilização das instituições oficiais constitui um fator simbólico de suma importância para a estabilidade política e institucional.

Do ponto de vista específico da confiança nas instituições políticas, o autor enfatiza a força da cidadania ativa na configuração das formas de legitimidade do poder. Afinal, “uma cidadania inteligente caminha lado a lado com a centralidade da confiança ativa na legitimidade do governo” (GIDDENS, 2001, p.246). A perda da confiança, nessa perspectiva, é um fator que contribui para a deflação do poder político e para a própria legitimidade dos regimes democráticos. Isso porque a perda da confiança pode favorecer as crenças das instituições na força como forma de preservar a integração política (GIDDENS, 2001).

O autor ressalta ainda que a confiança institucional é um dos elementos centrais da modernidade, na forma de credibilidade pública, o que se reflete diretamente na imagem e na reputação de governos e instituições públicas. Trata-se de “uma forma de fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (GIDDENS, 2001, p.29). Dessa forma, a confiança expressa no nível de adesão ao regime democrático e na utilização das instituições oficiais constitui um fator simbólico de suma importância para a estabilidade política e institucional.

Como assinala Miguel, há uma “deterioração da adesão popular às instituições representativas” (2003, p.123), especialmente sob o ponto de vista liberal de democracia adotado por autores como Schumpeter. Em outra obra, Miguel faz uma síntese dos estudos que apontam uma crise da representação ou da democracia nos países ocidentais nos anos 70 e 90 do século passado e que revelam “o descrédito generalizado das instituições representativas entre os cidadãos comuns” (MIGUEL, 2005, p.27). A confiança, portanto, pode se tornar um antídoto às recorrentes crises das democracias (MCCOY, 2000).

Vários outros autores (PORTO, 1996; STOKER, 2006; DALTON, 2007; MOISÉS, 2009) enfatizam a crise de descrédito por que passam as instituições políticas contemporâneas. Pesquisas recentes revelam que o nível de confiança da população nas instituições políticas nunca foi tão baixo, especialmente em relação às Casas Legislativas (LESTON-BANDEIRA, 2012).

Conforme apresentado por Moisés e Carneiro (2008, p. 7), esse fenômeno vem sendo documentado desde a década de 1980. Apesar de existir grande variação em cada país e em termos

comparativos, verifica-se uma queda da confiança nas instituições mantenedoras da democracia, apesar de haver uma oscilação com menor grau em países com o regime mais consolidado, como Holanda, Noruega, Finlândia e Dinamarca. A maior variação verificada ocorreu nas democracias mais antigas, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Suécia e Canadá. Seguindo essa lógica de estudos empíricos realizados por meio de *surveys* no Brasil, México e Chile, Moisés e Carneiro apontam que existe “associação entre sentimentos de insatisfação com a democracia, apatia ou impotência política e a desconfiança dos cidadãos de instituições democráticas” (2008, p. 8)⁵.

A desconfiança nos políticos, o ceticismo em relação a instituições democráticas e a desilusão com o processo democrático chegam a ser apontadas por Dalton (2007) e Stoker (2006) como o grande desafio das democracias contemporâneas, já que é comum a todas as democracias industriais avançadas. A desconfiança é apontada em vários estudos das ciências sociais⁶ como efeito da percepção da corrupção e ênfase dos *media* em informações sobre condutas inadequadas de parlamentares e figuras da vida pública (POWER; JAMINSON, 2005). O desenvolvimento de uma cidadania cada vez mais crítica e vigilante também é apontado como um dos fatores do aumento da desconfiança (RIBEIRO, 2011).

No caso do Brasil e das demais jovens democracias latino-americanas, os estudiosos apontam que elas padecem da “síndrome de desconfiança generalizada” (POWER; JAMINSON, 2005; COLEN, 2010; LOPES, 2004; RIBEIRO, 2011). Mas seriam as causas da desconfiança política na América Latina as mesmas identificadas nas democracias avançadas? Segundo Ribeiro (2011), as razões são distintas e as explicações devem ser buscadas no contexto cultural e histórico. Enquanto nas democracias consolidadas a desconfiança é fruto do elevado nível de escolarização e informação dos cidadãos críticos, nas jovens democracias latinas, a explicação estaria na desilusão dos cidadãos com o funcionamento concreto das instituições políticas, principalmente os parlamentos. Em um ambiente social marcado por extremas desigualdades, a percepção dos cidadãos de que os sistemas político e econômico “beneficiam diferentemente os indivíduos pode levar a uma sensação de que as instituições não são confiáveis” (COLEN, 2010, p.5). Essa “síndrome cultural latinoamericana” teria se enraizado no modo de vida dos cidadãos dessas jovens democracias, estruturando, assim, “uma convivência marcada entre as pessoas e, por decorrência, pela desconfiança em relação às instituições do Estado” (COLEN, 2010, p.4).

O Brasil segue em percursos interpretativos distintos das democracias industriais avançadas. A baixa confiança, nesse cenário, se mostra próxima a sentimentos de apatia e distanciamento com relação aos aspectos políticos, não refletidos em atitudes de crítica para com o sistema. Esses apontamentos nos levam a confirmar a necessidade de se pautar os estudos sobre cultura política com base em suas realidades contextuais, longes dos padrões vigentes em

5 Autores que apontam esta conclusão em seus estudos, Moisés (1995), Durand Ponte (2005) e Hunneus (2004).

6 Para um panorama desses estudos, ver Power e Jaminson, 2005; Colen, 2010; Lopes, 2004; Ribeiro, 2011, entre outros.

democracias industriais avançadas.

Outra observação pertinente é de que os parlamentos não são o foco exclusivo da desconfiança da população, mas são um ponto de concentração de desconfiança. Norris (2011, p. 103) chama atenção, em estudo comparativo de 11 países, para o fato de que a confiança nesta instituição específica apresenta queda significativa ao longo do tempo.

4 Interesse por política e poder local

O nível de interesse do cidadão pela política geralmente é associado ao seu grau de conhecimento sobre o sistema político. Assim, o interesse gera mais conhecimento e este alimenta o interesse. A convivência e a socialização são fatores que interferem na construção dos interesses dos indivíduos. A socialização é entendida com um contínuo processo de aprendizagem para a vida em sociedade (DARMON, 2006), isto é, um modo de “aprender a tornar-se membro de uma sociedade” (BERGER; BERGER, 1990). Trata-se de uma experiência “que dura por toda a vida e ocorre mediante a interação com os outros e a participação nas rotinas diárias da vida cultural cotidiana” (COFFEY, 2010, p.192). Esse complexo processo de socialização abrange a linguagem, os sistemas simbólicos, as normas éticas e morais, o gosto estético, a economia, as ideias e os valores políticos. A socialização política diz respeito especificamente ao que o indivíduo aprende sobre o sistema político a partir das agências de socialização, como a família, a religião, o trabalho, o noticiário político, a propaganda eleitoral, etc.

A socialização política é um dos pilares da cultura cívica, entendida como um processo de aprendizado político por meio da educação política difusa que resulta na aquisição de valores políticos, na confiança ou desconfiança nas instituições e na imagem pública das instituições e dos representantes eleitos. Trata-se de um processo de longo prazo e vinculado às transformações da sociedade e da política, como a renovação das mentalidades pelas novas gerações (ALMOND; VERBA, 1989).

O interesse do cidadão pelas atividades políticas é considerado na literatura como a base para motivar o engajamento e a participação política. O Interesse leva o cidadão a ficar atento, a prestar atenção ao campo da política, especialmente por meio do noticiário político, das conversas com amigos e familiares e debates nas mídias sociais. Leston-Bandeira (2012) ressalta que se trata de um processo com vários estágios complementares. O primeiro é a disposição do cidadão para prestar atenção ao que acontece na esfera política. Isso leva à formação de um campo de interesse político. Para a autora, a informação serve de insumo simbólico para eventuais formas de intervenção do cidadão, especialmente na esfera virtual. Esse processo todo requer ainda habilidade cognitiva para a compreensão do universo da política, identificação com certas tendências e propostas e por último a participação efetiva, como sendo a etapa que completa o círculo do engajamento político. Nessa perspectiva, “os cidadãos devem começar a partir de informações para desenvolver uma compreensão gradual e identificação com o parlamento, o que

poderia levá-los a participar e, finalmente, intervir no processo de decisão” (BARROS, BERNARDES; RODRIGUES, 2016, p.547).

Outro aspecto relevante na literatura revisada é a disposição e o interesse dos indivíduos para a participação política, uma forma democrática de exercer controle social sobre os atos dos governantes e demais representantes políticos. Controle social refere-se ao poder de fiscalização do cidadão, o que requer participação e acompanhamento das atividades institucionais e das políticas públicas, “buscando o compartilhamento do poder decisório entre Estado e sociedade e a garantia de direitos (...) sempre visando a partilha de poder entre Estado e sociedade, defendendo o interesse público e respeitando a autonomia dos atores da sociedade civil” (SERAFIM, 2008, p.1; 2).

O poder local é apontado na literatura como o espaço privilegiado para a participação e o controle social, por se tratar do espaço da cidade onde o cidadão reside, trabalha, estuda e constrói suas relações familiares e sociais (BAQUERO; CREMONESE, 2009). O poder local diz respeito aos atores diretamente responsáveis pela gestão do bairro, da cidade, do município ou do Distrito Federal. Trata-se de uma esfera de poder que lida com a agenda urbana e a definição, debate, planejamento, execução, avaliação e fiscalização das políticas públicas. A vivência democrática cotidiana está diretamente associada ao âmbito local, contexto em que os cidadãos vivenciam suas experiências mais diretas e concretas com as autoridades e as instituições políticas (BAQUERO; CREMONESE, 2009; LOPEZ; ALMEIDA, 2017).

Na visão de Dowbord (2017, p.21), o poder local, “como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado”, implica, portanto, “alterações no sistema de organização da informação, reforço da capacidade administrativa, e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa”. Para o autor, a questão do poder local está evoluindo, com tendências para se tornar uma questão central na atualidade, envolvendo o debate sobre descentralização, desburocratização e participação local.

O poder local é entendido também como *região de planejamento* (VAINER, 2002, p.19), no sentido de que “o local adquire a conotação de alvo socioterritorial das ações”. Tais ações são situadas, contextualizadas em um determinado espaço: a cidade. Para o autor, uma cidade ou território equivalente não é mero reflexo da sociedade, pois existem dinâmicas políticas próprias associadas à cultura local. A cidade “é, ela mesma, um universo social, econômico e político; a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais etc”. A cidade “não é apenas uma reprodução, localizada e reduzida, da estrutura social; ela é, também, um complexo de relações sociais – relações econômicas, mas também relações de poder” (VAINER, 2002, p.26).

No caso do Distrito Federal, o poder local é exercido pelo Governador, 20 Secretarias de Estado e 31 Administrações Regionais, representando o Poder Executivo. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Legislativa do DF (CLDF) e o Tribunal de Contas do DF (TCDF). O Poder

Judiciário é exercido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDJ).

A sede do poder local é Brasília, que também é a capital da República. Construída em 1960, a partir de projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, resultou do programa político desenvolvimentista do então Presidente da República Juscelino Kubistchek, motivado pela necessidade de ocupação e urbanização do interior geográfico do Brasil. Além de Brasília, existem 18 cidades no DF, conhecidas como cidades-satélites e 15 cidades que circundam o DF, o chamado Entorno, nas divisas com os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A Região Metropolitana do DF é quarta maior do País, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Brasília apresenta ainda a maior renda mensal per capita (equivalente a R\$ 5.752,41) e a maior taxa de escolaridade da população, com 18,57% dos habitantes com diploma de curso superior. A média nacional é de 8,09%. O Quadro 1 apresenta uma síntese das informações básicas sobre o DF.

Quadro 1 – Informações básicas sobre o DF

DADOS	
Território	5.779.997 km ²
População total	2.977.216
População feminina	52,19%
População masculina	47,81%
População idosa (acima de 60 anos)	12,80%
População com diploma de curso superior	18,57%
Densidade demográfica	444 habitantes por km ²
Eleitores	1.985.872 (68% da população)
Índice de Desenvolvimento Humano	0,824
Renda média mensal per capita	R\$ 5.752,41

Fonte: Elaboração própria, com dados do IBGE, 2014.

Análise dos dados

Antes da apresentação dos dados do *websurvey*, faremos uma breve contextualização da CLDF, no que se refere à sua composição partidária, comissões e outras informações básicas. Assim como as demais assembleias legislativas brasileiras, a ALCE tem seus representantes eleitos por eleição proporcional⁷, com mandato de quatro anos. São 24 parlamentares, sendo quatro mulheres, os quais representam 17 partidos e são distribuídos em 10 comissões temáticas permanentes, como se lê nos Quadros 2 e 3.

⁷ A eleição majoritária é adotada para os cargos executivos e para senador. Aplica-se quando há um cargo por vaga e vence quem obtiver o maior número de votos. Já a eleição proporcional, utilizada para a eleição de deputados federais, estaduais e vereadores, ocorre quando há uma vaga e vários candidatos, os quais concorrem por meio de sistema de lista aberta. São eleitos os mais votados de cada partido e não os que obtiverem o maior número de votos.

Quadro 2 – Perfil geral da CLDF

	Eleição	Proporcional
1	Mandato	4 anos
2	Total de deputados	24
3	Deputados	20
4	Deputadas	04
5	Partidos com representantes eleitos	17
6	Comissões Permanentes	10
7	Comissões Temporárias (Inclusive CPI)	0

Fonte: Elaboração dos autores.

Quadro 3 – Comissões Permanentes da CLDF

	Comissão	Sigla
1	Comissão de Constituição e Justiça	CCJ
2	Comissão de Economia Orçamento e Finanças	CEOF
3	Comissão de Assuntos Sociais	CAS
4	Comissão de Defesa do Consumidor	CDC
5	Comissão de Defesa Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar	CDDHCEDP
6	Comissão de Assuntos Fundiários	CAF
7	Comissão de Educação, Saúde e Cultura	CESC
8	Comissão de Segurança	CS
9	Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente	CDESCTMAT
10	Comissão de Fiscalização Governança Transparência e Controle	CFGTC

Fonte: Elaboração própria, com dados do portal da CLDF.

O Quadro 4 mostra quais são os partidos com maior e menor quantidade de parlamentares, revelando um quadro de elevada pluralidade e fragmentação de legendas. Dos 35 partidos atualmente registrados na Justiça Eleitoral, 17 estão representados na CLDF. O PT apresenta a maior quantidade de parlamentares. A maioria das legendas é representada apenas por um parlamentar, o que reforça os diagnósticos de fragmentação e pulverização partidária (RODRIGUES, 1995).

Quadro 4 – Partidos com representantes eleitos na CLDF

	Partido	N. de deputados
1	PT	3
2	PDT	2
3	PMDB	2
4	PR	2
5	Rede	2
6	SD	2
7	PPS	1
8	PSB	1
9	PHS	1
10	PRB	1

11	PROS	1
12	PSDB	1
13	PTB	1
14	PTN	1
15	PV	1
16	PTN	1
17	PV	1
	TOTAL	

Fonte: Elaboração dos autores.

Estratégias metodológicas

Neste trabalho, foram analisadas as respostas a um *websurvey* no mês de maio de 2018, com 572 cidadãos residentes no DF. A opção por esse tipo de instrumento de coleta de dados se justifica pela sua crescente utilização e também pelo fato de o DF se caracterizar como a unidade da Federação em que a população apresenta maior uso de internet no Brasil atualmente, com 85,3% (CARDOSO, 2018). Por essa razão, o perfil dos informantes (Tabela 1) apresenta uma expressiva diversidade em termos sociodemográficos.

A comparação de dados obtidos via métodos tradicionais e *websurvey* mostram que em geral há poucas diferenças entre os resultados, conforme o diagnóstico de Manfreda e Vehovar (2002). Após o exame de uma série de *surveys* convencionais com uma série similar de *websurveys*, os autores concluíram que não há diferenças substantivas nas respostas das duas modalidades de pesquisa, exceto no caso do percentual de não-respostas, que é maior nos *websurveys*. Entretanto, os autores enfatizam as dificuldades registradas na literatura, que tende a considerar que os *websurveys* podem resultar em amostras não fidedignas da população que compõem o universo dos estudos. Isso porque a literatura ainda resiste às inovações dos *websurveys* e também porque os critérios metodológicos e científicos para a realização de *surveys* foram estabelecidos e convencionados antes da consolidação da internet como alternativa de pesquisa (MANFREDA; VEHOVAR, 2002).

A estratégia para ampliar o número de informantes e diversificar o perfil sociodemográfico foi recorrer a diferentes redes de contato, com o objetivo de divulgar o link para acesso ao questionário por e-mail e redes sociais, especialmente o Facebook, a rede digital mais usada no Brasil

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

SEXO	Q	%
Feminino	302	52,80
Masculino	270	47,20
Subtotal	572	100,00
FAIXA ETÁRIA	Q	%
Até 20 anos	95	16,61
21 a 30 anos	102	17,83

31 a 40 anos	105	18,36
41 a 50 anos	99	17,31
51 a 60 anos	92	16,08
Acima de 60 anos	79	13,81
Subtotal	572	100,00
ESCOLARIDADE	Q	%
Ensino Fundamental	29	5,07
Ensino Médio	213	37,24
Curso Superior	223	38,99
Pós-Graduação	107	18,71
Subtotal	572	100,00
RENDA FAMILIAR MENSAL	Q	%
Até 3 salários mínimos	20	3,50
De 3 a 6 salários mínimos	54	9,44
De 6 a 10 salários mínimos	112	19,58
De 10 a 15 salários mínimos	106	18,53
De 15 a 20 salários mínimos	141	24,65
Acima de 20 salários mínimos	139	24,30
Subtotal	572	100,00
LOCAL DE MORADIA	Q	%
Plano Piloto	149	26,05
Bairros nos arredores do Plano Piloto	144	25,17
Cidades satélites	142	24,83
Cidades do Entorno do DF	137	23,95
Subtotal	572	100,00
TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DF	Q	%
Até 5 anos	102	17,83
De 5 a 10 anos	136	23,78
De 10 a 15 anos	133	23,25
De 15 a 20 anos	101	17,66
Acima de 20 anos	100	17,48
Subtotal	572	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Há que se reconhecer que os procedimentos do *websurvey* que serve de matriz para os dados analisados não permitem afirmar ser uma amostragem aleatória da população (de fato, os dados da Tabela 1 mostram um perfil de escolaridade e renda bastante divergente do perfil da população total do DF). Desta forma, não se pode pretender extrapolar os resultados desse estudo exploratório para a população em geral, devendo as conclusões serem entendidas como aplicáveis tão somente à amostra selecionada. A comparação com uma distribuição estatística, portanto, deverá ser entendida como contraste com uma população hipotética de mesmas características sociodemográficas daquela aqui obtida. Entendemos, no entanto, ser válido o exercício de estudar os resultados empíricos obtidos, como forma de acrescentar o conhecimento de uma experiência individual ao pequeno número de estudos empíricos sobre o tema específico objeto da pesquisa.

Por tratar-se de dados categóricos na resposta ao *survey*, para esta primeira aproximação empírica ao tema é adequado utilizar o teste de independência qui-quadrado. Esse teste compara - a partir de uma tabela de contingência composta pelas combinações de cada um dos valores

possíveis de duas variáveis categóricas – a frequência encontrada de cada combinação com a frequência esperada caso as associações entre cada valor fossem aleatórias⁸, apontando se a diferença entre ambas é estatisticamente significativa no caso concreto – situação em que não se pode afirmar a independência das duas variáveis⁹ (FIELD; FIELD; FIELD, 2012; RIBEIRO JR., 2013; EVERITT, 2006 REIS; REIS, 2011). A afirmação da independência entre as variáveis implica a negação de qualquer associação entre as mesmas, ou de qualquer padrão particular na sua ocorrência conjunta (ou seja, de qualquer tendência para que um valor particular de uma variável ocorra mais frequentemente quando a outra variável assume também um determinado valor (GAO, 1992).

O teste consistiu em cotejar por meio dos testes qui-quadrado as associações entre as respostas agrupadas pelos diferentes blocos acima¹⁰. Assim, foram verificadas a independência das respostas relativas à confiança frente às de avaliação geral da Câmara, as respostas sobre confiança na Câmara em relação às informações sobre conhecimento e o interesse e em relação às características pessoais, e as respostas de avaliação global da Câmara diante das relativas a conhecimento e interesse e das relativas às características pessoais. Os testes geraram cinco conjuntos de associações, contemplados nas tabelas do Apêndice 3¹¹.

A exploração quantitativa aqui desenvolvida permitirá, analiticamente, sugerir pares de variáveis que, pela sua associação, apresentam bom potencial para abordagens de natureza causal em estudos posteriores.

5 Descrição dos resultados¹²

Inicialmente, apresentamos os dados descritivos sobre os três eixos do estudo: confiança política, imagem pública e interesse do cidadão pela política local (Tabelas 2, 3 e 4). As três questões apresentam resultados similares. A imagem pública da CLDF é considerada predominantemente ruim e péssima, com 89,16% (somando-se as duas alternativas). Há apenas 10,14% de informantes que avaliam como regular. Chama atenção ainda 0,70% de avaliações relativas à opção “boa” e zero no quesito excelente.

8 A distribuição teórica dessas frequências esperadas – sob a hipótese de independência das variáveis que compõem a tabela de contingência - é a distribuição qui-quadrado (EVERITT, 2006, p. 76).

9 A hipótese nula, portanto, é a de que as duas variáveis comparadas são independentes.

10 Os testes padrão de qui-quadrado foram acrescidos de um teste com o parâmetro “simulate.p.value = TRUE”, que aplica uma simulação Monte-Carlo para obter o p value tendo em vista tratar-se de uma tabela de contingência 2 x 2 e haver padrão de respostas com uma alta concentração de respostas coincidentes e poucas respostas ou até zero em outras, gerando uma mensagem de alerta do R (“Warning message: Chi-squared approximation may be incorrect”) – cf. a entrada “Pearson's Chi-squared Test for Count Data” no manual R (disponível em <http://stat.ethz.ch/R-manual/R-devel/library/stats/html/chisq.test.html>, acesso 15/08/2018).

11 Os arquivos de dados originais e os scripts R utilizados para os testes estão disponíveis mediante solicitação aos autores.

12 A parte descritiva explora apenas as questões centrais do *websurvey*, pois não há espaço para analisar todos os itens, os quais foram usados para as correlações que constarão na sequência do texto.

Tabela 2 – Na sua opinião, a Câmara Legislativa do DF é uma instituição com uma imagem pública:

Resposta	Quantidade	%
Ruim	323	56,47
Péssima	187	32,69
Regular	58	10,14
Boa	4	0,70
Excelente	0	0,00
Total	572	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à confiança, o somatório das alternativas baixa (confiança) e muito baixa chega a 91,26%. Há apenas 5,94% correspondentes ao nível médio de confiança e zero para os níveis alto e muito alto (Tabela 3).

Tabela 3 - O seu nível de confiança na Câmara Legislativa do DF é:

Respostas	Quantidade	%
Baixo	335	58,57
Muito baixo	203	35,49
Médio	34	5,94
Alto	0	0,00
Muito alto	0	0,00
Total	572	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao interesse pela política local, somando-se as alternativas baixo interesse e muito baixo, temos 83,22%. O nível médio de interesse é de apenas 12,24%. As alternativas alto e muito alto somam 4,54% (Tabela 4).

Tabela 4 – Indique seu nível de interesse pela política do DF

Respostas	Quantidade	%
Baixo	259	45,28
Muito baixo	217	37,94
Médio	70	12,24
Alto	21	3,67
Muito alto	5	0,87
Total	572	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, portanto, uma possível associação entre os três aspectos analisados. Como foi demonstrado na primeira parte do texto, a imagem pública está relacionada com o conceito que a população forma sobre a instituição (BALDISSERA, 2008). Esse conceito interfere diretamente

na reputação institucional, o que contribui para aumentar ou diminuir a confiança política. Tanto a imagem quanto a confiança podem sofrer interferências do interesse ou do desinteresse do cidadão pela política, pois podem motivar a atenção ou a indiferença (LESTON-BANDEIRA, 2012). O alto desinteresse, no caso em estudo, pode ser um fator que alimenta tanto a baixa confiança como a imagem negativa da CLDF.

O cruzamento das questões que revelam aspectos atitudinais dos interessados frente à Câmara Legislativa (aquelas relativas à confiança e à avaliação geral sobre a instituição), apontado na Tabela 5, apontam apenas associação entre a resposta à questão 9 e às questões 1 e 2, ou seja, aproximam-se as vinculam-se as reações à “avaliação do trabalho dos deputados distritais”, por um lado, e à imagem pública e confiança atribuídas à CLDF, o que é compatível com uma determinada visão global (positiva ou negativa) do respondente sobre a instituição. Destaca-se, por outro lado, a independência entre as avaliações sobre a Câmara e a opinião sobre o impacto das decisões nela tomadas.

Tabela 5 – ASSOCIAÇÕES ENTE AS QUESTÕES NAS DIMENSÕES DE CONFIANÇA E AVALIAÇÃO GERAL

Questões	χ^2 - teste inicial	valor-p - teste inicial	χ^2 - segundo teste	valor-p - segundo teste	Sign 95%	Sign 95% inicial	Sign 95% segundo
1 8	5,564476351	0,134832676	5,564476351	0,135432284	NÃO	NÃO	NÃO
1 9	687,5039631	3,36E-142	687,5039631	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2 8	7,431033758	0,059357222	7,431033758	0,089955022	NÃO	NÃO	NÃO
2 9	854,3919621	4,13E-178	854,3919621	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3 8	5,84938299	0,119172485	5,84938299	0,108445777	NÃO	NÃO	NÃO
3 9	1138,467471	2,32E-239	1138,467471	0,00049975	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

OBS: Respostas = Questões: Par de questões cujas respostas foram correlacionadas
 χ^2 - teste inicial = Valor da estatística qui-quadrado do teste convencional
 valor-p - teste inicial = valor-p resultante do teste convencional
 χ^2 - segundo teste = Valor da estatística qui-quadrado do teste com a simulação de Montecarlo
 valor-p - segundo teste inicial = valor-p resultante do teste com a simulação de Montecarlo
 Sign 95% = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para os dois testes (ou seja, ambos os testes resultaram significativos)
 Sign 95% inicial = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o teste convencional
 Sign 95% segundo = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o segundo teste, com a simulação de Montecarlo.

Para maior clareza na visualização, apresentamos nas Tabelas 6 e 7 o cruzamento dos dados das questões para as quais a associação foi significativa, mostrando a nítida concentração de respostas em tons negativos tanto em relação à confiança quanto à avaliação da instituição e do trabalho de seus membros.

Tabela 6 – TABULAÇÃO CRUZADA – Questões 1 e 9

AVALIAÇÃO	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Boa	1	2	0	0
Regular	1	50	12	2
Ruim	0	18	288	14
Péssima	0	3	43	138

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Questão 1 – Linhas: “*Na sua opinião, a Câmara Legislativa do DF é uma instituição com uma imagem pública?*”

Questão 9 – Colunas: “*Como você avalia o trabalho dos deputados distritais?* ”

Tabela 7 – TABULAÇÃO CRUZADA – Questões 2 e 9

AVALIAÇÃO	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Alto	1	0	0	0
Médio	1	48	11	2
Baixo	0	22	285	12
Muito baixo	0	3	47	140

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Questão 2 – Linhas: “*O seu nível de confiança na Câmara Legislativa do DF é?*”

Questão 9 – Colunas: “*Como você avalia o trabalho dos deputados distritais?* ”

Passando às associações entre confiança na Câmara e conhecimento e interesse do respondente por política (Tabela 8), observa-se que todas as questões se apresentam associadas entre si. Isto indica a plausibilidade de que pessoas com interesse e conhecimento específico da atividade política (quer em caráter geral, quer nos detalhes do funcionamento dos poderes distritais) terão, em conjunto, opiniões próximas entre si em relação à Câmara Legislativa, as quais diferirão significativamente das opiniões daqueles que demonstram menor envolvimento.

Tabela 8 – ASSOCIAÇÃO ENTE AS QUESTÕES NAS DIMENSÕES DE CONFIANÇA E CONHECIMENTO/INTERESSE EM POLÍTICA

Questões	χ^2 - teste inicial	valor-p - teste inicial	χ^2 - segundo teste	valor-p - segundo teste	Sign 95%	Sign 95% inicial	Sign 95% segundo
1 4	753,7115689	1,38E-153	753,7115689	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1 5	18,89377809	0,000288	18,89377809	0,0009995	SIM	SIM	SIM
1 6	13,06391427	0,0045	13,06391427	0,004997501	SIM	SIM	SIM
1 7	36,77590259	5,13E-08	36,77590259	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1 10	14,33009045	0,002489	14,33009045	0,003998001	SIM	SIM	SIM
1 11	26,87955159	6,24E-06	26,87955159	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1 12	26,40619535	7,84E-06	26,40619535	0,0009995	SIM	SIM	SIM
1 13	17,57059634	0,000539	17,57059634	0,00049975	SIM	SIM	SIM

1	14	48,85003877	1,40E-10	48,85003877	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1	15	36,56543072	5,69E-08	36,56543072	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1	16	90,29482807	8,74E-13	90,29482807	0,0009995	SIM	SIM	SIM
1	17	46,17035559	5,00E-05	46,17035559	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1	18	59,69570268	2,84E-07	59,69570268	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1	19	42,40598151	0,000195	42,40598151	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	4	814,7760662	1,12E-166	814,7760662	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	5	17,96622388	0,000447	17,96622388	0,0009995	SIM	SIM	SIM
2	6	13,12141907	0,004381	13,12141907	0,003498251	SIM	SIM	SIM
2	7	35,42012706	9,93E-08	35,42012706	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	10	13,8618533	0,003099	13,8618533	0,003498251	SIM	SIM	SIM
2	11	23,55445134	3,09E-05	23,55445134	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	12	18,91322922	0,000285	18,91322922	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	13	13,24085423	0,004144	13,24085423	0,006996502	SIM	SIM	SIM
2	14	43,64878338	1,79E-09	43,64878338	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	15	27,85908136	3,89E-06	27,85908136	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	16	86,581424	4,29E-12	86,581424	0,0009995	SIM	SIM	SIM
2	17	50,91699725	8,52E-06	50,91699725	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	18	56,6931673	9,25E-07	56,6931673	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	19	42,55531546	0,000185	42,55531546	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	4	873,4313993	2,91E-179	873,4313993	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	5	21,87531164	6,92E-05	21,87531164	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	6	14,90947913	0,001896	14,90947913	0,00149925	SIM	SIM	SIM
3	7	32,17606205	4,80E-07	32,17606205	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	10	25,18318149	1,41E-05	25,18318149	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	11	22,38678493	5,42E-05	22,38678493	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	12	15,22471207	0,001634	15,22471207	0,007996002	SIM	SIM	SIM
3	13	20,67148657	0,000123	20,67148657	0,0009995	SIM	SIM	SIM
3	14	53,0491327	1,79E-11	53,0491327	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	15	27,97138273	3,68E-06	27,97138273	0,00049975	SIM	SIM	SIM
3	16	86,83111719	3,85E-12	86,83111719	0,0009995	SIM	SIM	SIM
3	17	50,21243345	1,11E-05	50,21243345	0,0009995	SIM	SIM	SIM
3	18	48,48700672	2,12E-05	48,48700672	0,00049975	SIM	SIM	SIM
1	4	753,7115689	1,38E-153	753,7115689	0,00049975	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

OBS: Respostas = Questões: Par de questões cujas respostas foram correlacionadas

χ^2 - teste inicial = Valor da estatística qui-quadrado do teste convencional

valor-p - teste inicial = valor-p resultante do teste convencional

χ^2 - segundo teste = Valor da estatística qui-quadrado do teste com a simulação de Montecarlo

valor-p - segundo teste inicial = valor-p resultante do teste com a simulação de Montecarlo

Sign 95% = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para os dois testes (ou seja, ambos os testes resultaram significativos)

Sign 95% inicial = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o teste convencional

Sign 95% segundo = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o segundo teste, com a simulação de Montecarlo.

Para exemplificar a situação descrita na anterior tabela de associações entre nível de conhecimento e confiança, apresentamos na Tabela 9 a tabulação cruzada entre as respostas relativas à confiança na Câmara Legislativa e ao grau de conhecimento relatado pelo entrevistado sobre a instituição. Destacam-se o baixo ou muito baixo conhecimento sobre a organização (concentrando praticamente todas as respostas) e o baixo nível de confiança, fortemente vinculados.

Tabela 9 – TABULAÇÃO CRUZADA – Questões 2 e 4

AVALIAÇÃO	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Alto	0	1	0	0	0
Médio	0	1	56	4	1
Baixo	0	2	6	308	3
Muito Baixo	1	9	18	17	145

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Questão 2 – Linhas: “*O seu nível de confiança na Câmara Legislativa do DF é:*”

Questão 4 – Colunas: “*Como você classifica o seu nível pessoal de conhecimento sobre a Câmara Legislativa do DF?*”

O mesmo grau de proximidade não se pode inferir da relação entre a confiança e aspectos objetivos da situação dos respondentes que se abordam na Tabela 10: apenas as situações descritas na questão 23 (renda familiar) associam-se às respostas das três questões relativas a confiança, e as condições da questão 22 (escolaridade) às respostas 1 e 2. Em outras palavras, a escolaridade e a renda mensal parecem fatores de importância a condicionar as atitudes de confiança em relação ao Legislativo local.

Esta constatação reforça a sugestão da Tabela 9 da vinculação estreita entre confiança e nível de conhecimento e envolvimento na política, dadas as prováveis ligações entre escolaridade e nível de renda, por um lado, e nível de conhecimento e participação política por outro. Assim, as Tabelas 9 e 10 podem estar mostrando duas faces do mesmo fenômeno.

De outra parte, salta aos olhos a independência que a confiança do respondente sobre a CLDF apresenta em relação a aspectos como sexo, idade, local de moradia e tempo de residência, de forma um pouco contraintuitiva (diante de eventuais expectativas de maior vinculação em função de residir em determinados espaços, de pertencer a estratos mais jovens da população, ou de ter mais vínculos com o DF pelo maior tempo de residência).

Tabela 10 – ASSOCIAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES NAS DIMENSÕES DE CONFIANÇA E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO RESPONDENTE

Questões	χ^2 - teste inicial	valor-p - teste inicial	χ^2 - segundo teste	valor-p - segundo teste	Sign 95%	Sign 95% inicial	Sign 95% segundo	
1	20	0,463575953	0,926817566	0,463575953	0,962018991	NÃO	NÃO	NÃO
1	21	13,43835598	0,568478924	13,43835598	0,575212394	NÃO	NÃO	NÃO
1	22	21,45981667	0,010758044	21,45981667	0,011994003	SIM	SIM	SIM
1	23	35,85333613	0,001855978	35,85333613	0,004497751	SIM	SIM	SIM
1	24	10,7413854	0,293853046	10,7413854	0,287856072	NÃO	NÃO	NÃO
1	25	15,71421037	0,204679154	15,71421037	0,188405797	NÃO	NÃO	NÃO
2	20	1,541778146	0,67266206	1,541778146	0,772113943	NÃO	NÃO	NÃO
2	21	11,97600319	0,680844522	11,97600319	0,724637681	NÃO	NÃO	NÃO
2	22	28,05988088	0,000932137	28,05988088	0,00049975	SIM	SIM	SIM
2	23	39,46894942	0,000545161	39,46894942	0,011494253	SIM	SIM	SIM
2	24	11,57753741	0,238186524	11,57753741	0,186406797	NÃO	NÃO	NÃO
2	25	15,27542246	0,226718866	15,27542246	0,195402299	NÃO	NÃO	NÃO
3	20	1,125676475	0,770879574	1,125676475	0,809595202	NÃO	NÃO	NÃO
3	21	13,12956189	0,592291245	13,12956189	0,609195402	NÃO	NÃO	NÃO
3	22	12,5129225	0,185912402	12,5129225	0,178910545	NÃO	NÃO	NÃO
3	23	29,59000872	0,013488845	29,59000872	0,018990505	SIM	SIM	SIM
3	24	11,5337177	0,240889832	11,5337177	0,232383808	NÃO	NÃO	NÃO
3	25	15,71883544	0,20445593	15,71883544	0,191904048	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

OBS: Respostas = Questões: Par de questões cujas respostas foram correlacionadas

χ^2 - teste inicial = Valor da estatística qui-quadrado do teste convencional

valor-p - teste inicial = valor-p resultante do teste convencional

χ^2 - segundo teste = Valor da estatística qui-quadrado do teste com a simulação de Montecarlo

valor-p - segundo teste inicial = valor-p resultante do teste com a simulação de Montecarlo

Sign 95% = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para os dois testes (ou seja, ambos os testes resultaram significativos)

Sign 95% inicial = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o teste convencional

Sign 95% segundo = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o segundo teste, com a simulação de Montecarlo

O quadro relativo à confiança é quase inteiramente espelhado quando se cruzam as questões de avaliação geral da Câmara com os mesmos quesitos de conhecimento e interesse em política (Tabela 11): somente não se correlacionam entre si as questões 8 e 15 (impacto das decisões da CLDF na vida do respondente e acesso aos meios de informação política da Câmara). Novamente, o perfil de cidadão dedicado a conhecer e acompanhar a vida política terá uma visão da Câmara que nitidamente discrepará daquele que não apresentar tal mobilização.

Tabela 11 – ASSOCIAÇÃO ENTE AS QUESTÕES NAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO GERAL E CONHECIMENTO/INTERESSE EM POLÍTICA

Questões	χ^2 - teste inicial	valor-p - teste inicial	χ^2 – segundo teste	valor-p - segundo teste	Sign 95%	Sign 95% inicial	Sign 95% segundo	
8	4	11,18932404	0,0245167	11,18932404	0,04047976	SIM	SIM	SIM
8	5	18,54179523	1,66E-05	19,72638739	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	6	21,76971665	3,07E-06	23,04295155	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	7	17,03156056	3,68E-05	18,39623163	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	10	13,36634336	0,0002562	14,43285491	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	11	11,50374065	0,0006946	12,70832977	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	12	8,237801755	0,0041027	9,292817173	0,003998	SIM	SIM	SIM
8	13	13,83304126	0,0001998	14,91123195	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	14	20,41602149	6,23E-06	21,49453428	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	15	2,36976068	0,123706	2,8765055	0,13093453	NÃO	NÃO	NÃO
8	16	52,06169632	5,24E-10	52,06169632	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	17	45,85124639	9,74E-09	45,85124639	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	18	46,94147078	5,84E-09	46,94147078	0,00049975	SIM	SIM	SIM
8	19	47,71412532	4,06E-09	47,71412532	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	4	526,4941099	5,06E-105	526,4941099	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	5	37,5748158	3,48E-08	37,5748158	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	6	34,36469469	1,66E-07	34,36469469	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	7	73,29967811	8,38E-16	73,29967811	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	10	31,47721014	6,74E-07	31,47721014	0,0009995	SIM	SIM	SIM
9	11	43,21397012	2,22E-09	43,21397012	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	12	35,71421762	8,61E-08	35,71421762	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	13	49,44202353	1,05E-10	49,44202353	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	14	61,30381382	3,09E-13	61,30381382	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	15	39,05485997	1,69E-08	39,05485997	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	16	92,75623609	3,03E-13	92,75623609	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	17	48,21589661	2,35E-05	48,21589661	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	18	61,54925172	1,36E-07	61,54925172	0,00049975	SIM	SIM	SIM
9	19	48,98965016	1,76E-05	48,98965016	0,00049975	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

OBS: Respostas = Questões: Par de questões cujas respostas foram correlacionadas

χ^2 - teste inicial = Valor da estatística qui-quadrado do teste convencional

valor-p - teste inicial = valor-p resultante do teste convencional

χ^2 – segundo teste = Valor da estatística qui-quadrado do teste com a simulação de Montecarlo

valor-p – segundo teste inicial = valor-p resultante do teste com a simulação de Montecarlo

Sign 95% = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para os dois testes (ou seja, ambos os testes resultaram significativos)

Sign 95% inicial = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o teste convencional

Sign 95% segundo = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o segundo teste, com a simulação de Montecarlo.

O cruzamento entre avaliação global da CLDF e dados socioeconômicos (Tabela 12) é um pouco mais matizado: desde logo, a avaliação do trabalho dos deputados (questão 9) não apresentou qualquer associação com nenhuma das características objetivas dos respondentes. Já a estimativa do grau de impacto das decisões da CLDF (questão 8) tem correlação com os itens 21, 22, 23 e 25 (respectivamente faixa etária, escolaridade, renda e tempo de residência). Tal diferenciação é compatível – uma vez mais – com a expectativa de que a um maior grau de informação e conhecimento sobre a realidade político-administrativa local (que pode ser, como conjectura, associável também aos fatores pessoais listados) corresponda uma maior consciência sobre os efeitos possíveis das ações do Legislativo distrital (neste caso, apenas em relação ao grau de impacto, o que exclui uma escala de julgamento em termos positivos ou negativos, ao contrário da sondagem anterior sobre confiança).

Tabela 12 – ASSOCIAÇÃO ENTE AS QUESTÕES NAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO GERAL E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO RESPONDENTE

Questões	χ^2 - teste inicial	valor-p - teste inicial	χ^2 - segundo teste	valor-p - segundo teste	Sign 95%	Sign 95% inicial	Sign 95% segundo
8 20	1,054863058	0,304389733	1,310344262	0,294852574	NÃO	NÃO	NÃO
8 21	15,26878593	0,009273526	15,26878593	0,016991504	SIM	SIM	SIM
8 22	8,453548921	0,037511725	8,453548921	0,030984508	SIM	SIM	SIM
8 23	21,5010064	0,000651198	21,5010064	0,00149925	SIM	SIM	SIM
8 24	7,403209181	0,060098278	7,403209181	0,056971514	NÃO	NÃO	NÃO
8 25	12,86982429	0,011929686	12,86982429	0,013493253	SIM	SIM	SIM
9 20	2,585574348	0,460024165	2,585574348	0,509245377	NÃO	NÃO	NÃO
9 21	19,73804235	0,182213655	19,73804235	0,167916042	NÃO	NÃO	NÃO
9 22	15,40819535	0,080316649	15,40819535	0,071464268	NÃO	NÃO	NÃO
9 23	21,92776107	0,109712131	21,92776107	0,11844078	NÃO	NÃO	NÃO
9 24	14,59077015	0,102807728	14,59077015	0,088455772	NÃO	NÃO	NÃO
9 25	17,94589682	0,117343182	17,94589682	0,113943028	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

OBS: Respostas = Questões: Par de questões cujas respostas foram correlacionadas

χ^2 - teste inicial = Valor da estatística qui-quadrado do teste convencional

valor-p - teste inicial = valor-p resultante do teste convencional

χ^2 - segundo teste = Valor da estatística qui-quadrado do teste com a simulação de Montecarlo

valor-p - segundo teste inicial = valor-p resultante do teste com a simulação de Montecarlo

Sign 95% = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para os dois testes (ou seja, ambos os testes resultaram significativos)

Sign 95% inicial = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o teste convencional

Sign 95% segundo = indicação da significância estatística, com nível de confiança de 95 %, para o segundo teste, com a simulação de Montecarlo

6 Observações finais

O artigo teve como propósito discutir algumas características dos dados relativos às percepções sociais sobre a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), a partir da associação entre três fatores: confiança política, imagem pública e interesse do cidadão por política e poder local. Como já foi demonstrado, as principais conclusões revelam que a percepção dos informantes na amostra alcançada é muito negativa em relação aos três aspectos analisados. A imagem pública é considerada ruim e péssima (89,16%). O nível de confiança política é baixo e muito baixo (94,06%). O interesse pela política distrital também é baixo e muito baixo (83,22%).

É importante ressaltar aqui a convergência negativa em relação aos três aspectos avaliados. Como já foi destacado anteriormente, a imagem pública é fundamental para o capital de reputação de uma instituição política. Tal imagem tem como principal substrato as representações que são construídas pelos indivíduos. Essas representações constituem visões que se tornam coletivas e podem influenciar a confiança ou a desconfiança (NOLETO FILHO, 2014).

O capital simbólico da confiança política é a credibilidade das instituições perante a sociedade e seus públicos. No caso em estudo chama atenção o elevado nível de desconfiança dos cidadãos do DF na atuação da CLDF e no trabalho dos deputados distritais. A falta de confiança é, portanto, um componente muito fortemente associado à avaliação negativa em relação à imagem e reputação da CLDF.

O mesmo se aplica à questão do interesse. Como foi abordado na primeira parte do texto, a literatura destaca três fatores que mais influenciam o nível de interesse ou desinteresse dos cidadãos pela política. O primeiro é a socialização política, ou seja, o processo de aprendizado político pelo qual o cidadão passa, seja na família, na escola, nos sindicatos, nas igrejas, etc. Esse fator parece indicar que a socialização política brasileira e em especial no caso em estudo, apresenta sérias deficiências.

O segundo fator é o senso de pertencimento. No caso do DF, cabe ressaltar que sua população veio, em sua maioria, das demais regiões brasileiras. A população nascida no DF ainda é pouco expressiva. O terceiro fator é nível de conhecimento sobre política, o que influencia diretamente o grau de interesse dos cidadãos. Embora não seja regra geral, um maior nível de conhecimento sobre o sistema político leva os cidadãos a apresentar maior interesse. No caso em estudo esses três elementos se mostraram deficitários, sendo muito sugestiva a convergência, nas respostas, da imagem negativa da CLDF, da falta de confiança da população e do desinteresse pela política local, em especial as atividades da CLDF.

Convém ressaltar ainda que, do ponto de vista estatístico, esta é uma primeira aproximação aos dados levantados, apontando as probabilidades de independência entre as variáveis e expondo algumas de suas associações mais relevantes. Fundamentalmente, permite aproveitar o universo de respondentes para extrair relações plausíveis entre variáveis, as quais subsidiem os trabalhos posteriores em torno do tema. Uma agenda de desenvolvimento posterior

poderá incluir a quantificação de medidas mais precisas de associação entre essas variáveis, tais como risco relativo e razão de chances (REIS; REIS, 2001, p. 21-24), bem como desenvolver as análises de resíduos nas tabelas de contingência já formadas nas análises de correlação atuais (FIELD; FIELD; FIELD, 2012, p. 2075-2080), para seguir explorando a informação obtida nesta amostra. Outra vertente poderá ser o refinamento do *survey* a partir das variáveis que aqui se mostraram mais fortemente vinculadas, com vistas à aplicação mais ampla em amostra aleatória e obtenção de resultados generalizáveis.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, A; MENDES, G; FIGUEIREDO, M. Imprensa e eleições presidenciais. In: LIMA, Venício A. de (Org.) **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983
- BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Eleições municipais 2008**: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Editora UNIJUÍ, 2009.
- BARROS, Antonio Teixeira de. O projeto de transparência do Senado Federal: entre a accountability e a propaganda política. **Sociologias**, Porto Alegre, v.17, n.39, mai/ago 2015, p.338-368.
- BARROS, Antonio Teixeira de, BERNARDES, Cristiane Brum; RODRIGUES, Malena Rehbein. Brazilian Parliament and digital engagement. **Journal of Legislative Studies**, v. 22, no. 4 (2016): 540-558.
- BALDISSERA, Rudimar. Significação e comunicação na construção da imagem-conceito. **Fronteiras**, v. 10, n. 3, p. 193-200, set./dez. 2008.
- CASTRO, M. M.M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
- CERVI, E. U. **Opinião pública e política no Brasil**: o que o brasileiro pensa sobre política e por que isso interessa à democracia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. 359 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. São Paulo: Vozes, 1998.
- COFFEY, Amanda. Socialização. In: SCOTT, John. **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p.192-195.
- COLEN, M. C. L. As covariantes da confiança política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v.16, n.1, 2010, p.1-27.
- DALTON, R. J. **Democratic challenges, democratic choices**: the erosion of political support in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- DIAS, Wagner Lopes; REYES JUNIOR, Edgar; REIS, André Luiz Nascimento. Análise da atuação da Câmara Legislativa do Distrito Federal na Era da Informação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 24, p.159-190, 2017.
- DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.
- DARMON, M. **La socialisation**. Paris: Colin, 2006.
- DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- EVERITT, B. S. **The Cambridge Dictionary of Statistics**: third edition Cambridge: Cambridge University Press, 2006

- FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto**: democracia e nacionalidade. São Paulo: editora Sumaré, 1991.
- FIELD, Andy; FIELD, Jeremy; FIELD, Zoë. **Discovering statistics using R**. London: SAGE publications, 2012
- FINURAS, António Paulo Menezes de Carvalho. **Confiança nas Instituições e Valores Culturais**. Tese de doutoramento (Ciência Política). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Lisboa, 2013, 430f.
- FIORINA, M. **Retrospective voting in american national elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.
- GAO – US GENERAL ACCOUNTING OFFICE. **Quantitative data analysis**: an introduction: GAO/PEMD/10.1.11. Washington: GAO, 1992.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
- GOMES, Wilson. **Transformação da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, Marcelo Bolshaw. **Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública**. Anais do I Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Novembro/2006 – Salvador – BA. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/?page_id=70. Acesso em: 4/3/2015.
- HABERMAS, J. Opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. **Historia y crítica de la opinión pública**. Barcelona: G. Gili, 1994.
- HARDIN, R. The street-level epistemology of trust. *Politics and Society*, v. 21, n.4, p.505-29, 1992.
- INGLEHART, R. Trust between nations: primordial ties, societal learning and economic development. In K. Reif & R. Inglehart (Eds.) **Eurobarometer**. London: Macmillan, 1991, p.145-85.
- INNERARITY, D. **O futuro e os seus inimigos**. Alfragide: Teorema, 2011.
- KEY, V. O. **The responsible electorate**: rationality in presidential voting. 1936-1966. Cambridge: Harvard University Press, 2013.
- LEANDRO, Maria Engrácia; LEANDRO, Ana Sofia; NOGUEIRA, Fernanda. A confiança em questão. Raias de confiança, confiança das raias nas sociedades modernas. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 21, 2011, p. 215-232.
- LOPES, D. M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 1, 2004, p. 162-187.
- LOPEZ, Felix e ALMEIDA, Acir. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, v.25, n.62, p.157-181, 2017.
- MCCOY, J. **Political learning and democratization in Latin America**: do politicians learn from crisis? Miami: University of Miami Press, 2000.
- MANFREDA, Katija, Losar; VEHOVAR, Vasja (2002). **Do mail and web surveys provide the same results?** *Metodološki Zvezki*. Ljubljana: FDV, 2002 18,p. 149-69.
- MIGUEL, Luis F. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003.
- MIGUEL, Luis F. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política.

Revista de Sociologia Política, Curitiba, s.v, n. 25, p. 25-38, nov. 2005.

MOISÉS, J.A. **Democracia e desconfiança de instituições democráticas**. Edição do autor, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISES, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-42, June 2008.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. **Mídia e política na imagem do Congresso**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

NOOTEBOOM, B. Towards a dynamic theory of transactions. **Journal of Evolutionary Economics**, n.2, 281-99, 1992.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. USA: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. *The growth of critical citizens?* New York: Oxford University Press, 1999.

NORRIS. **Democratic deficit: Critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PORTO, M. A crise de confiança política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

POWER, T.J.; JAMINSON, G.D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p.64-93, mar. 2005.

PUTNAM, R. **Making democracy work: Civic traditions in modern Italy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

REIS; Ilka A.; REIS. Edna A. **Associação entre Variáveis Qualitativas: Teste Qui-Quadrado, Risco Relativo e Razão das Chances (Notas de Aula e Exercícios): Relatório Técnico RTE-05/2001**: Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Ciências Exatas - Departamento de Estatística. 2001

RIBEIRO, Ednaldo E. A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 167-182, 2011.

RIBEIRO JR., José Ivo. **Análises estatísticas no Excel: guia prático**. Viçosa: Editora UFV, 2013

RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. **Novos Estudos**, n. 41 p. 78-90, 1995.

SÁ, Fernando A. Opinião pública, imprensa e parlamento. **Achegas.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, 2004. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/quinze/fernando_sa_15.htm. Acesso em: 7/7/2014.

SERAFIM, Lizandra. Controle social: que caminhos. **Observatório dos Direitos do Cidadão**. Equipe de Participação Cidadã–Instituto Pólis, Julho, 2008.

SIMMEL, G. **Sociologie: Études sur les formes de la socialisation**. Paris: PUF, 1999 [1908].

STOKER, G. **Why politics matters: making democracy work**. Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petropolis: Vozes, 1995.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.13-32, 2002.

VEHOVAR, V.; MANFREDA, Lozar; BATAGELJ, Z. Sensitivity of Ecommerce measurement to survey instrument. *International Journal of Electronic Commerce*, 6, 31-52, 2001.

WEBER, Maria Helena. A imagem pública. In: RUBIM, Albino (Org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 262-278.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da imagem pública na disputa política. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 11-26, set./dez. 2009.

APÊNDICES

Apêndice 1 – QUESTÕES DO SURVEY

	TIPO	QUESTÃO	RESPOSTAS
1	F	Na sua opinião, a Câmara Legislativa do DF é uma instituição com uma imagem pública:	EXCELENTE/BOA/REGULAR/RUIM/PÉSSIMA
1.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
2	F	O seu nível de confiança na Câmara Legislativa do DF é:	MUITO ALTO/ALTO/MÉDIO/BAIXO/MUITO BAIXO
2.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
3	F	O seu nível de confiança nas leis aprovadas pela Câmara Legislativa do DF é:	MUITO ALTO/ALTO/MÉDIO/BAIXO/MUITO BAIXO
3.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
4	F	Como você classifica o seu nível pessoal de conhecimento sobre a Câmara Legislativa do DF?	MUITO ALTO/ALTO/MÉDIO/BAIXO/MUITO BAIXO
4.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
5	F	Você lembra o nome de algum deputado distrital em exercício?	SIM/NÃO
5.1	A	Se lembra, informe qual(is)	<i>Resposta aberta</i>
6	F	Você lembra em qual deputado distrital você votou nas eleições de 2014?	SIM/NÃO
7	F	Você acompanha o mandato do deputado no qual você votou?	SIM/NÃO
8	F	Você acha que as decisões tomadas pela Câmara Legislativa do DF afetam sua vida?	SIM/NÃO
8.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
9	F	Como você avalia o trabalho dos deputados distritais?	EXCELENTE/BOM/REGULAR/RUIM/PÉSSIMA
9.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
10	F	Você lembra de alguma lei aprovada pela Câmara Legislativa do DF nos últimos 4 anos?	SIM/NÃO
10.1	A	Se lembra, poderia citar quais?	<i>Resposta aberta</i>
11	F	Você lembra de algum projeto de Lei em discussão na Câmara Legislativa do DF no momento?	SIM/NÃO
11.1	A	Se lembra, poderia citar quais?	<i>Resposta aberta</i>
12	F	Você já leu a Lei Orgânica do Distrito Federal?	SIM/NÃO
12.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
13	F	Você acompanhou a campanha eleitoral para deputados distritais nas eleições de 2014?	SIM/NÃO
13.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
13.2	F	Se acompanhou, indique como:	PELO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO NO RÁDIO E NA TV / PELA INTERNET / COMÍCIOS/OUTROS MEIOS
14	F	Você acompanha o noticiário político local?	SIM/NÃO
14.1	A	Por quê?	<i>Resposta aberta</i>
14.2	F	Se acompanha, indique como:	PELA TV / PELO RÁDIO / PELOS JORNAIS IMPRESSOS / PELAS REDES SOCIAIS / PELOS BLOGS DE POLÍTICA
15	F	Você já acessou os meios de informação política da Câmara Legislativa do DF?	SIM/NÃO
15.1	F	Se respondeu SIM, favor indicar quais:	PORTAL DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF / REDES SOCIAIS DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF / CANAL DE TV DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF / DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
16	F	Indique o seu nível de interesse pela política local no DF	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5
17	F	Indique o seu nível de interesse pela política de seu estado de origem	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5

18	F	Indique o seu nível de interesse pela política nacional	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5
19	F	Indique o seu nível de interesse pela política internacional	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5
19.1	A	De modo geral, como avalia a atuação da Câmara Legislativa do DF e dos deputados distritais?	<i>Resposta aberta</i>
DADOS DOS RESPONDENTES			
20	F	Sexo	MASCULINO/FEMININO
21	F	Faixa etária	ATÉ 20 ANOS / 21 A 30 ANOS / 31 A 40 ANOS / 41 A 50 ANOS / 51 A 60 ANOS / ACIMA DE 60 ANOS
22	F	Escolaridade completa	ENSINO FUNDAMENTAL / ENSINO MÉDIO / CURSO SUPERIOR / PÓS-GRADUAÇÃO
23	F	Renda familiar mensal	ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS / 3 A 6 SM / 6 A 10 SM / 10 A 15 SM / 15 A 20 SM / ACIMA DE 20 SM
24	F	Local de moradia	PLANO PILOTO / BAIROS NOS ARREDORES DO PLANO PILOTO / CIDADES SATÉLITES / ENTORNO-DF
25	F	Tempo de residência no DF	ATÉ 5 ANOS / 5 A 10 ANOS / 10 A 15 ANOS / 15 A 20 ANOS / ACIMA DE 20 ANOS

Fonte: elaboração própria a partir da estrutura do websurvey aplicado.

Obs: Tipo: Fechada (F) ou aberta (A).

Apêndice 2 – QUESTÕES DO SURVEY UTILIZADAS PARA CORRELAÇÃO, CLASSIFICADAS EM FUNÇÃO DA DIMENSÃO

	TIPO	CONFIANÇA	RESPOSTAS
1	F	Na sua opinião, a Câmara Legislativa do DF é uma instituição com uma imagem pública:	EXCELENTE/BOA/REGULAR/ RUIM/PÉSSIMA
2	F	O seu nível de confiança na Câmara Legislativa do DF é:	MUITO ALTO/ALTO/MÉDIO/ BAIXO/MUITO BAIXO
3	F	O seu nível de confiança nas leis aprovadas pela Câmara Legislativa do DF é:	MUITO ALTO/ALTO/MÉDIO/ BAIXO/MUITO BAIXO
AValiação			
8	F	Você acha que as decisões tomadas pela Câmara Legislativa do DF afetam sua vida?	SIM/NÃO
9	F	Como você avalia o trabalho dos deputados distritais?	EXCELENTE/BOM/REGULAR/ RUIM/PÉSSIMA
CONHECIMENTO E INTERESSE			
4	F	Como você classifica o seu nível pessoal de conhecimento sobre a Câmara Legislativa do DF?	MUITO ALTO/ALTO/MÉDIO/ BAIXO/MUITO BAIXO
5	F	Você lembra o nome de algum deputado distrital em exercício?	SIM/NÃO
6	F	Você lembra em qual deputado distrital você votou nas eleições de 2014?	SIM/NÃO
7	F	Você acompanha o mandato do deputado no qual você votou?	SIM/NÃO
10	F	Você lembra de alguma lei aprovada pela Câmara Legislativa do DF nos últimos 4 anos?	SIM/NÃO
11	F	Você lembra de algum projeto de lei em discussão na Câmara Legislativa do DF no momento?	SIM/NÃO
12	F	Você já leu a Lei Orgânica do Distrito Federal?	SIM/NÃO
13	F	Você acompanhou a campanha eleitoral para deputados distritais nas eleições de 2014?	SIM/NÃO
14	F	Você acompanha o noticiário político local?	SIM/NÃO
15	F	Você já acessou os meios de informação política da Câmara Legislativa do DF?	SIM/NÃO
16	F	Indique o seu nível de interesse pela política local no DF	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5
17	F	Indique o seu nível de interesse pela política de seu estado de origem	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5
18	F	Indique o seu nível de interesse pela política nacional	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5
19	F	Indique o seu nível de interesse pela política internacional	ESCALA NUMÉRICA DE 1 A 5
DADOS DOS RESPONDENTES			
20	F	Sexo	MASCULINO/FEMININO
21	F	Faixa etária	ATÉ 20 ANOS / 21 A 30 ANOS / 31 A 40 ANOS / 41 A 50 ANOS / 51 A 60 ANOS / ACIMA DE 60 ANOS
22	F	Escolaridade completa	ENSINO FUNDAMENTAL / ENSINO MÉDIO / CURSO SUPERIOR / PÓS-GRADUAÇÃO
23	F	Renda familiar mensal	ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS/ 3 A 6 SM / 6 A 10 SM / 10 A 15 SM / 15 A 20 SM / ACIMA DE 20 SM
24	F	Local de moradia	PLANO PILOTO / BAIROS NOS ARREDORES DO PLANO PILOTO / CIDADES SATÉLITES / ENTORNO-DF
25	F	Tempo de residência no DF	ATÉ 5 ANOS/ 5 A 10 ANOS / 10 A 15 ANOS / 15 A 20 ANOS / ACIMA DE 20 ANOS

Fonte: elaboração própria a partir da Tabela 1.

Artigo recebido em: 2020-05-14

Artigo reapresentado em: 2020-08-09

Artigo aceito para publicação em: 2020-10-10